



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO



Tribunal de Justiça

2ª Câmara de Direito Público (Antiga 10ª Câmara Cível)

Agravo Interno na Apelação cível nº 0870162-76.2023.8.19.0001

Agravante: ESTADO DO RIO DE JANEIRO e FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA (réus)

Agravado: NADIR BRITO CAPUTO (autora)

Obrigação de fazer c/c cobrança

Relator: Desembargador PEDRO SARAIVA DE ANDRADE LEMOS

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. Obrigação de fazer cumulada com cobrança. Cessação do desconto da pensão previdenciária no montante da pensão especial recebida em razão da morte de policial civil no exercício da atividade profissional ou em razão dela. Sentença de procedência. Recurso da parte ré. Desprovimento. Pensão especial regulamentada nos artigos 37 e 159 do Decreto Estadual 3044/80. Natureza indenizatr ria da pensão especial que não se confunde com a pensão previdenciária, de caráter contributivo. Possibilidade de cumulação de ambas as pensões pelos dependentes dos segurados da Previdência Social. Entendimento sufragado pelo STJ e por este TJRJ. Fixação do percentual dos honorários que somente deverão ser arbitrados em sede de liquidação de sentença, conforme preconizado no art. 85,   4 , II, do CPC. Retificação de ofício para que o percentual dos honorários advocatícios sejam fixados na liquidação. RECURSO IMPROVIDO.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o Agravo Interno na apelação cível n ° **0870162-76.2023.8.19.0001**, em que é agravante **ESTADO DO RIO DE JANEIRO e FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIOPREVIDÊNCIA (réus)**, e agravado **NADIR BRITO CAPUTO (autora)**.

A C O R D A M os Desembargadores que compõem a Egrégia Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

RELATÓRIO

1. Cuida-se de Agravo Interno visando à reforma da decisão monocrática de fls. 05/12, que negou provimento ao recurso de apelação cível interposto pelos réus - **ESTADO DO RIO DE JANEIRO e FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO



RIO DE JANEIRO – RIOPREVIDÊNCIA, consoante orientação dessa E. Corte de Justiça.

2. Insurge-se a parte ré agravante às fls. 21/33, requerendo a apreciação pelo colegiado e repisando as alegações apresentadas no recurso de Apelação, pugnando pelo acolhimento da insurgência recursal.

3. Contrarrazões às fls. 40/43.

4. Os autos vieram conclusos em 20/02/2025, sendo devolvidos em 28/04/2025, para inclusão em pauta de julgamento.

É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR.

VOTO

1. Recurso contra sentença de procedência em ação obrigacional e de cobrança objetivando a cessão do desconto da pensão previdenciária sobre o montante da pensão especial.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

2. Não merece reparo a decisão impugnada.
3. Examinando o presente recurso, não vislumbro qualquer razão para a reforma da monocrática atacada, cabendo às partes interessadas lançarem mão dos recursos excepcionais para modificar o entendimento desta relatoria.
4. No mais, reitero a decisão monocrática de minha lavra, a cujos fundamentos me reporto nesta oportunidade, conforme as razões já esposadas, com as quais corroboram a jurisprudência dessa E. Corte de Justiça.
5. Assim, seguindo os termos da decisão monocrática que esta relatoria entende por ratificar integralmente, e considerando que o presente recurso não reúne os requisitos para provimento, **MANTENHO A DECISÃO VERGASTADA** em todos os seus termos.

Publique-se.

Rio de Janeiro, data da sessão de julgamento.

Desembargador **PEDRO SARAIVA DE ANDRADE LEMOS**

Relator

